



## **A estranha nação de Rafael Mendes: ficção, história e reinvenção identitária da história**

The strange nation of Rafael Mendes: fiction, history and identitarian reinvention of history

Leopoldo O. C. De Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este ensaio tem por objetivo examinar os modos pelos quais a escritor judeu-gaúcho Moacyr Scliar utiliza vários procedimentos de interação entre História e Literatura para descrever, analisar, “subverter” e “reinventar” a história da trajetória judaica no Brasil, com o objetivo de extrair da utilização destes procedimentos uma visão singular da mesma.

**Palavras-chave:** Marranos; Judaísmo; Brasilidade; Literatura; História

**Abstract:** This paper aims to examine the various fictional ways that Moacyr Scliar, a Jewish-Brazilian writer, uses to depict the relation between History and Literature, resulting in descriptions, analyses, “subversions” and “reinventions” of the Jewish trajectory in Brazil. In this paper I claim that the uses of these fictional elements serves as a way to give a singular view to Jewish History.

**Keywords:** Marranos; Jewishness; Brazilianess; Literature; History

A certo gênero textual cultivado na literatura brasileira dos anos de 1980 e início dos de 1990 convencionou-se chamar hoje em dia, não sem controvérsias, de “romance histórico”<sup>2</sup>. Muito difundido e popular desde o final do século XVIII e durante todo o século XIX, tendo seu auge na literatura do Romantismo, o assim dito “romance histórico” toma feições bem peculiares em nossas letras durante as últimas décadas do século XX, em relação à prática tradicional do gênero. Decerto que as inovações e mudanças de foco desta sua nova prática, e mesmo as características que podem ser atribuídas à prática anterior, decorrem de

---

<sup>1</sup> Professor Doutor Adjunto de Língua e Literatura Hebraicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisa principalmente literatura judaica produzida no Brasil e literatura israelense contemporânea.

<sup>2</sup> Na verdade, a expressão que melhor descreve esta prática textual é “ficção metahistóriográfica”, ou seja, aquela que se explicita enquanto uma ficção construída a partir de elementos da História e da Historiografia; porém, sem uma pretensão de ser uma representação fidedigna e reflexa de ambas.

concepções sobre a história e suas relações com a ficção que lhes subjazem; permeadas por ideologias específicas em cada caso.

Partindo de um exame sucinto das diversas vertentes deste tipo de romance, admitindo, em uma primeira instância, sua existência e pertinência, e passando por um questionamento do gênero em si, procurar-se-á neste ensaio analisar a maneira pela qual as relações entre história e ficção se configuram no romance **A Estranha Nação de Rafael Mendes**, do escritor judeu-gaúcho Moacyr Scliar, de 1983<sup>3</sup>. O foco escolhido para tal análise foi o de não apenas detectar em que medida a história judaica no Brasil aí se encontra representada, “deturpada” e/ou ficcionalizada, mas fundamentalmente o de tentar apreender os significados socioantropológicos, políticos e literários desses processos para uma identidade étnica que se busca (re)descobrir, resgatar e/ou valorizar.

Um dos usos sociais mais divulgados do ficcional literário foi o de criador e propagador do instinto de nacionalidade; tendência importante em várias literaturas nacionais a partir de fins do século XVIII. Geralmente, era veiculado um nacionalismo orgânico e ufanista, que relacionava estreitamente o caráter do povo e a história da nação a suas condições climáticas e à constituição de sua natureza. Seus mitos fundacionais, se já não estavam disponíveis nos épicos, eram “criados”, de maneira a ressaltar sempre a origem mítica de “caracteres herdados, através da história, pela vontade de Deus” (JOBIM, 2000). Sob esse ponto de vista, a literatura passa a se legitimar como exemplário e comprovação de um discurso que se pretendia científico e que está fora de si mesma, o discurso da história. A literatura era tida como parte da história da nação e sobre ela deveria testemunhar fidedignamente, com autoridade análoga à do documental.

As diferenças entre aquilo que se pretendia e aquilo que se alcançou, para tratar do caso brasileiro, são bem conhecidas dos estudiosos de literatura. Dois dos mais importantes e divulgados romances de José de Alencar, por exemplo, e que não são conhecidos pela alcunha de “romances históricos”; mas sim de

---

<sup>3</sup> Focarei principalmente as análises no terceiro capítulo do romance, intitulado “Primeiro caderno do cristão novo”, por trabalhar explicitamente com a ficcionalização da história judaica no Brasil.

“romances indianistas”, ilustram muito bem o que venho expondo: **O Guarani** e **Iracema** forma concebidos e efetivamente escritos como um testemunho épico e histórico da formação do povo e da nação brasileiros. Entretanto, os períodos históricos tratados e a realidade da trajetória de nossa formação étnica são nesta obra idealizados, o que implica a exclusão de fatos e realidades que não se conformavam com o tipo de identidade nacional que se tencionava forjar, como a eliminação física e a dominação cultural do índio e o escamoteamento da presença do elemento negro.

Em que pesem suas lacunas e enganos histórico-conceituais (conscientes ou não), a visão romântica de nossa formação étnica e identitária passou a ser a versão oficial de nossas origens, mais tarde atualizada com a admissão da presença do negro e de sua cultura. Presença esta que, de óbvia, era irrefutável; embora sua admissão tenha causado dores de cabeça e desconforto a gerações de intelectuais, ávidos por uma nação branca e civilizada à moda européia, incluindo a geração de naturalistas e positivistas, que não encontravam meios de fazer casar suas crenças bio-raciais sobre a superioridade do branco com a realidade mestiça do Brasil, para o qual desejavam ardentemente um lugar no rol das nações civilizadas.

Estava formado o “mito das três raças”, base do estudo seminal de Gilberto Freire e de sua noção de nossa suposta “democracia racial”, que acomoda o “indesejável” elemento africano à nossa conformação ao caracterizá-lo, bastante metafóricamente, é claro, como “civilizado” e “purificado” pela ação “genética” e “cultural” do português cristão.

Na literatura do início do século XX, com o Movimento Modernista, pode-se dizer que a história perde muito de sua importância enquanto instrumento de busca de uma identidade nacional. Isto se explica pelo já aludido fato de que uma identidade nacional “oficial” estava plenamente disponível, configurada nos desenvolvimentos dos mitos fundacionais lançados pelo Romantismo. A tarefa que se apresentava aos modernistas, entendendo aqui o termo como referente aos papas do movimento de 1922, era a de uma revisão destas figurações identitárias,

propondo-se a tarefa de adequá-las à modernização pretendida para a sociedade e cultura brasileiras e seus modos de sociabilidade e auto-avaliação, na esteira da crescente industrialização da economia.

Neste sentido, a contribuição mais relevante dos modernistas foram as acuradas análises e críticas à ideologia romântica e sua produção literária no que concerne à formação de uma identidade nacional; corporificadas não apenas em estudos teóricos tais como “A Escrava que não era Isaura” e “Tupi or not tupi, that’s the question”, respectivamente de Mário e Oswald de Andrade, como também em pastiches e paródias de poesias do Cânone romântico e sátiras corrosivas sobre nossa conformação étnica e de caráter, cujo maior símbolo é a “rapsódia” **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**, de Mário de Andrade.

No final dos anos de 1970 e início dos de 1980, devido à anistia e à abertura políticas e ao retorno ao Brasil de muitos intelectuais e artistas exilados pela ditadura militar; mais do que um desejo, houve uma necessidade premente de se repensar a história de nossas instituições políticas e sociais. Inicialmente, esse imperativo encontrou expressão em obras de cunho memorialista, autobiográfico e “semijornalístico” na exposição de aspectos da vida nacional durante os “anos de chumbo” que se seguiram ao AI5, como o emblemático **O que é isso, companheiro?** de Fernando Gabeira.

Entretanto, cedo uma outra vertente emerge na literatura brasileira pós-ditadura, com uma volta explícita, em outro diapasão, ao trato e às interações ficção—história: é a corrente que hoje nomeamos de “ficção metahistógráfrica” dos anos de 1980-1990; a qual deu origem a uma certa variante de “romance histórico”, problematizando o discurso historiográfico canônico e revestindo fatos históricos de um *status* de acontecimentos ficcionais, pois só no espaço do romance e em/pela interação com os demais elementos da narrativa é que os mesmo fazem sentido enquanto ocorrência. Aqui, ao contrário do que se passou na maior parte da história literária do romantismo, o discurso do ficcional apropriou-se do discurso historiográfico e submete-o a seu controle.

Todas as características que vimos de explicitar parecem apontar para uma nova tendência de “romance histórico” na contemporaneidade, e não só no Brasil, em grande medida influenciada pelas concepções historiográficas de Walter BENJAMIN em suas **Teses sobre o conceito de história** (1994, p. 222-232, texto de 1939, publicado, após a sua morte, em 1940), tais como a apropriação de momentos privilegiados e inspiradores do passado, filtrados, analisados e apresentados pelo olhar do presente, tendo por base suas semelhanças estruturais. Tal apropriação pode se dar por meio da aproximação entre a situação sociopolítica dos períodos tratados (caso de **Em liberdade**, de Silviano Santiago), a apresentação de fatos passados por meio de uma linguagem atual (caso de **Memorial do convento**, de Saramago) ou mesmo o questionamento das possibilidades de um outro presente enquanto desenvolvimento de versões não-canônicas de momentos passados (caso de **O Sr. Máni**, do israelense A. B. Yehoshua).

Entretanto, as obras que seguem essa tendência afastam-se de uma outra característica da historiografia benjaminiana, que é a de apresentar o passado segundo a ótica coletiva dos “perdedores”, dos grupos cuja história se encontra na periferia do discurso historiográfico canônico. Ao contrário disso, as narrativas ficcionais “históricas” contemporâneas utilizam como elemento central o contar e o caracterizar da trajetória de indivíduos específicos e idiossincráticos, através dos quais se descortina e ecoa a história da coletividade (Graciliano no romance **Em liberdade**, os vários Srs. Máni, em **O Sr. Máni**, Gregório de Matos, em **Boca do inferno**, de Ana Miranda), aproximando-se, assim, de algumas concepções de Theodor ADORNO (1993), segundo as quais a análise da vida privada e da ação de indivíduos em sociedade pode dar uma visão mais completa de determinado período histórico do que o centrar-se nos grandes fatos coletivos, segundo são apresentados pela historiografia tradicional. Vejamos o seguinte e elucidativo comentário de Adorno (obra citada):

A análise da sociedade pode valer-se muito mais da experiência individual do que Hegel faz crer. De maneira inversa, há margem para desconfiar que as grandes categorias da história podem enganar-nos, depois de tudo o que, neste meio tempo, foi feito em seu nome. Ao longo desses cento e cinquenta anos que passaram desde o aparecimento do pensamento hegeliano, é ao indivíduo que coube uma boa parte do potencial de protesto.

Nesse sentido, mesmo personagens que figuram no cânone historiográfico (Graciliano, Getúlio Vargas, em **Agosto**, de Rubem Fonseca, Gregório de Matos) são apresentados de uma forma que ressalte suas dimensão humana, seus pensamentos mais íntimos, suas dúvidas e contradições; pesquisados em documentos pessoais, entrevistas com pessoas que privavam de sua intimidade e, sobretudo, ficcionalizadas.

Como se disse, esta ênfase no indivíduo não passa ao largo das questões coletivas. Entretanto, através do idiossincrático, busca-se repensar, no caso da literatura brasileira de cunho metahistoriográfico dos anos de 1980 e início dos de 1990, a história das instituições políticas, sociais e econômicas do país e suas interações com o individual inserido na coletividade, no embate dos jogos, poderes e interesses sociais.

Esta rememoração dos intercursos entre literatura e história, especialmente no que tange à formação e divulgação de uma identidade nacional, não é gratuita. A hipótese que trago aqui é a de que Scliar, em **A Estranha Nação de Rafael Mendes**, retoma, redimensiona e subverte todos as três principais atitudes e procedimentos ficcionais frente ao historiográfico que venho expondo. Do Romantismo, Scliar utiliza galhofeira e ironicamente o ideário da busca de uma identidade étnica através da história; do Modernismo, o traço de que se apropria é o próprio ato revisionista (o que se explicitará adiante) e da corrente metahistoriográfica em que se insere, a problematização/ficcionalização da história e suas interações/utilizações com e na ficção.

A tematização da vida dos imigrantes, dos processos de aculturação pelos quais passaram e sua aproximação à condição do excluído e do marginalizado, o

que tem papel de destaque na obra de Samuel Rawet, como visto nos capítulos anteriores, constituiu-se em uma solução literária para a representação da condição judaica no Brasil dos anos de 1950 a 1970. Entretanto, como resultado do complexo processo de urbanização, industrialização e transformações político-econômicas do começo da década de 1980, os bairros étnicos tiveram sua extinção decretada. A judiaria, o gueto, já não tinha razão de ser. A terceira geração, os netos de imigrantes, com a mobilidade social em trajetória ascendente que se verificou na comunidade, já se encontrava bastante assimilada à sociedade brasileira geral, sem os conflitos e as ambivalências identitários pelos quais passaram seus pais, divididos entre a tradição familiar e o apelo por integração ao ambiente laico e não-judeu ao seu redor.

Então, personagens dos romances de Scliar escritos nesse período, como Mayer Guinzburg (**Exército de um homem só**, 1973), Benjamin (**Os voluntários**, 1979), Ester e Marcos (**O ciclo da águas**, 1975), Raquel (**Os deuses de Raquel**, 1975) e Guedali (**Centauro no jardim**, 1980) já não eram representativos do judeu contemporâneo e de sua vivência e papel em nossa sociedade. Já faziam parte de um passado no qual a tradição e o judaísmo em si ainda exerciam alguma pressão centrípeta, a qual afastava de alguma maneira o judeu da assimilação total ao ambiente.

Como representar ficcionalmente o tipo de judeu-brasileiro a partir dos anos de 1980, se a realidade paulatinamente passa a ser a de uma diluição crescente de sua identidade específica na “geleia geral” da dita ‘identidade nacional’? Qual o caminho literário a ser seguido para desvelar, e não representar de modo reflexo, seus novos/antigos dilemas coletivos e individuais em uma sociedade cujo ritmo das mudanças dava-se em escala vertiginosa?

A aproximação da condição judaica à condição do marginalizado e do excluído já não era o suficiente para tal. Houve que se problematizar também a identidade do “hospedeiro”, em busca de um parâmetro de identificação entre ambos. Se a tendência era a de o indivíduo se tornar cada vez mais “brasileiro” e menos “judeu”, talvez a solução literária encontrada por Scliar em *A Estranha*

*Nação* tenha sido a de examinar ficcionalmente o que haveria de judaico na formação étnica e cultural do brasileiro, resgatando por uma via oblíqua a desvanecente identidade judia com a configuração de um caso de “coincidência de identidades”, e não de assimilação e desaparecimento. Como a cultura e a identidade ashkenazitas<sup>4</sup> em nosso país não têm maiores e visíveis influências na “cultura nacional”, o caminho encontrado foi o de, à moda da ideologia romântica, um retorno às raízes, elegendo para tal o gancho da “presença fundadora” do cristão-novo entre nós.

Neste ponto, ao esbarrar com o difuso e o genérico do marranismo, que em muitos pontos coincidia com a cultura ibérica dos cristãos-velhos, e com a concretude histórica da influência autóctone em nossa identidade, Scliar, em um procedimento etnocêntrico enviesado e postiço, porque irônico, mítico e “inverossímil”, transforma o judeu no verdadeiro elemento primeiro de nossa conformação. Lançando mão de mitos diaspóricos e agádicos<sup>5</sup> que sempre povoaram a imaginação judaica, como o destino que teriam levado as dez tribos perdidas de Israel e a fundação de colônias por marinheiros e descendentes do rei Salomão, o índio brasileiro é transformado em legítimo e ancestral membro da Nação<sup>6</sup>. Vejamos o trecho que narra o encontro dos judeus portugueses Rafael Mendes e Afonso Sanches, fugidos da inquisição e aportados ao Brasil, com o “velho da Torá”<sup>7</sup>:

Há muitas e muitas luas, contou o velho, um dos filhos do rei Salomão desentendeu-se com o pai. Queria ter acesso ao harém. O rei não consentiu, alegando que uma daquelas mulheres, não se sabia qual, era mãe do jovem; se

---

<sup>4</sup> Judeus ashkenazitas são judeus oriundos da Europa Central e Oriental.

<sup>5</sup> Agádico refere-se ao corpo de lendas judaicas pós-bíblicas, chamado coletivamente de Agadá (lenda).

<sup>6</sup> - Quando se diz que determinado indivíduo é “da Nação” ou “gente da Nação”, significa que o mesmo é judeu. Esta denominação era corrente tanto entre judeus e cristão até fins do século XVIII.

<sup>7</sup> Tora (“Lei”). Em um sentido restrito e original, a palavra designa o Pentateuco, os cinco primeiros livros da Bíblia Hebraica, atribuídos a Moisés e que constitui a base da lei religiosa judaica. Às vezes, a palavra é usada para referir todo o Primeiro Testamento (Pentateuco, Profetas e Escritos) e o corpo de jurisprudência rabínica daí advindo (interpretações e “atualizações dos conceitos bíblicos contidos na Mishná [século II D.C.] e no Talmude [século VI D.C.].



tivesse relações com ela, cometeria o grave pecado do incesto. Ressentido, o rapaz passou a conspirar contra o pai, conseguindo sublevar uma parte da guarda do palácio. No momento em que iam matá-lo, Salomão transformou-se em um pássaro multicolor e saiu voando. Voltou depois, em sua forma humana, seguido de numerosos soldados. Os rebeldes foram dominados e julgados pelo próprio rei. Salomão determinou que fossem colocados, com suas mulheres e filhos, num navio sem leme, para que vagassem à deriva, sábio castigo para quem havia perdido o rumo.

– Depois de muito tempo, o navio veio ter a estas praias. Somos descendentes daqueles hebreus. Por termos fitado o sol nossos olhos ficaram assim estreitos, e nossa tez bronzeada. Muitos entre nós já não falam o hebraico, mas em cada geração, um é encarregado da guarda da Tora, trazida de Jerusalém.

Conversaram durante muito tempo, porque o velho tinha curiosidade em saber como viviam, na Europa, os descendentes dos hebreus. Quando amanheceu ele apagou a lamparina e disse: agora vamos lá fora urinar.

Urinaram, Rafael observando – disfarçadamente. De fato, o velho era circunciso, mas tinha o membro deformado. Aqui fazemos o brith milá com uma concha, explicou constrangido. Perdemos a lâmina ritual... E nos falta a antiga habilidade...

Acocorou-se junto à fogueira quase apagada, fechou os olhos, começou a salmodiar baixinho uma desafinada melopéia, já não em hebraico, mas sim na língua dos índios: era agora de novo um velho aborígine, feio e desdentado. Rafael e Afonso voltaram à taba. (SCLIAR, 1983, pp. 124-125)

O que importa analisar aqui é a imensa gama de referências que podemos encontrar no trecho citado. Inicialmente, constata-se que sua estrutura é decalcada nas lendas pós-bíblicas (*Agadá* e *Midrash*<sup>8</sup>), com a presença do maravilhoso e do fantástico (não apenas a maravilha dos poderes mágicos do rei Salomão, mas principalmente o fantástico da presença de um índio judeu à época

---

<sup>8</sup> *Midrash* são lendas pós-bíblicas. O que diferencia um *midrash* de uma *agadá* é que o primeiro constitui-se enquanto uma interpretação imaginosa de passagens da Bíblia e tem sua origem em homilias e sermões proferidos por rabinos nas sinagogas. Já uma *agadá* centra-se em acontecimentos imaginosos referentes às personagens bíblicas, sem, contudo, encontrar respaldo textual nas escrituras sagradas. A origem da *agadá* está na voz anônima do povo.

do descobrimento). Entretanto, colocar o autóctone como descendente das tribos perdidas de Israel pode ser visto também como uma atualização irônica e bem-humorada da visão romântica de nossas raízes (e também como um deboche sobre o mito descrito na nota acima, de número 5), uma vez que a idealização que se poderia perpetrar deste elemento cai por terra ao se descrever o velho da Tora como um judeu possivelmente postiço (a deformação do membro) e como um aborígine feio e desdentado. Dessacralizando a figura do índio e associando-a à do judeu, Scliar ressalta a condição subalterna atribuída a ambos em nossa formação identitária, o que dá a seu romance um caráter aparentemente paradoxal.

O aparente paradoxo, entretanto, não se realiza, pois **A Estranha Nação** não busca ser um romance de afirmação de uma identidade específica em substituição a uma outra oficialmente instituída, mas sim um instrumento de revisão e problematização de ambas, tendo como instrumento para tal a ficcionalização da trajetória histórica de um elemento minoritário. Neste sentido, o romance pode ser visto como retomando, em outra chave, o revisionismo modernista em relação à história e à formação identitária e étnica do Brasil.

O que à primeira vista poderia parecer um caso de afirmação de superioridade etnocultural, com o remontar a origem dos judeus ibéricos a um profeta de Israel e a um famoso sábio e médico medieval (Jonas e Maimônides)<sup>9</sup>, revela-se, ao contrário, um instrumento de afirmação apenas de uma singularidade, pois mesmo o profeta bíblico já carrega em si as marcas da errância, do deslocamento, da perplexidade<sup>10</sup> e da revolta; o que, estendendo-se a todas as gerações da família Mendes, acaba por metaforizar a condição judaica diaspórica.

---

<sup>9</sup> - Embora não haja certeza de quando os judeus instalaram-se na Península Ibérica, não há muitas controvérsias sobre sua origem palestina. No entanto, sobre os judeus ashkenazitas há autores que afirmam que se originam de comunidades européias convertidas ao judaísmo em algum momento entre os séculos VI e VIII d.C. Portanto, ao traçar a linhagem dos Mendes desde judeus palestinos e sábios poderia ser erroneamente tomado no romance como a afirmação de uma superioridade judaica sefardita tanto em relação aos judeus ashkenazitas quanto em relação aos não-judeus.

<sup>10</sup> - Voltarei mais adiante ao tema recorrente da perplexidade dos Mendes.

Entretanto, o aludido revisionismo que pode ser detectado em *A Estranha Nação* não serve a um desejo de atualização e adequação identitária à modernidade nacional, uma vez que os resultados obtidos são postos em xeque pela própria estrutura narrativa do romance. A saga da família Mendes, desde a antiguidade bíblica até os tempos atuais no Rio Grande do Sul, é contada em cadernos supostamente escritos pelo penúltimo Rafael Mendes, pai do Rafael Mendes “atual”. O velho genealogista que os possui cobra dez mil dólares do Rafael Mendes atual para entregá-los.

Neste ponto, devido ao muito de fantástico e “inverossímil” que se encontra no conteúdo dos cadernos e também ao fato de que o genealogista possivelmente seja um charlatão, pois lida com quiromancia e vidência, paira uma suspeita não apenas sobre Rafael Mendes, mas principalmente sobre o leitor, de que os cadernos sejam falsos, apenas um instrumento, no que tange ao enredo, para extorquir o financista Mendes num jogo de interesses e vingança (o filho do velho, Júlio, havia se matado após dar um desfalque na financeira da qual Rafael é sócio).

Além disso, há ainda na tessitura da obra um jogo de *mise en abîme* no que concerne à figura do narrador. Há um narrador onisciente, que paira sobre tudo e todos, incumbido dos fatos que acontecem na atualidade do romance: as elucubrações do genealogista no capítulo “Velho ao Amanhecer”; os problemas financeiros, familiares, amorosos e de identidade pessoal do Rafael Mendes atual no capítulo “Rafael Mendes”; a primeira linha do capítulo “Nota Genealógica” e as peripécias de tentativa de fuga e prisão de Boris e Rafael no capítulo “Rafael Mendes: a Corrida”.

Há também o narrador dos cadernos, intitulados “Primeiro Caderno do Cristão-novo” e “Segundo Caderno do Cristão-novo”, que presumivelmente seria o pai do Rafael Mendes atual; mas que também poderia ser o velho genealogista, se optarmos pela hipótese de falsificação dos textos e, finalmente, temos o próprio genealogista enquanto narrador dos capítulos “O Velho no Aeroporto” e “Terceiro e Último Caderno do Cristão-novo”, sendo o primeiro destes em primeira pessoa.

Tal alternância de vozes narrativas cria no leitor de **A Estranha Nação** uma sensação de dúvida tanto em relação a quem fala no texto quanto à veracidade intratextual dos fatos narrados. Se, por um lado, aquilo que vem expresso nos dois primeiros cadernos parece uma invenção fantasiosa de um homem em busca de sua identidade pessoal e coletiva; por outro, se admitimos a possibilidade de falsificação dos manuscritos, os relatos tornam-se mais suspeitos ainda, já que se configuraria aí a ficcionalização fraudulenta e intencional, embora lúdica, de uma experiência de busca identitária<sup>11</sup>.

Berta WALDMAN (2003, p. 123), ao descrever a técnica textual utilizada aqui por Scliar assevera:

O romance é cheio de efeitos cinematográficos, de ações que se sucedem rapidamente, lançando as personagens numa esfera irreal. Como o romance se nega à técnica da minúcia realista presente, por exemplo, em *O exército de um homem só*, o cenário deslizante, as personagens planas que caminham por zonas ilimitadas compõem uma fábula vertiginosa, com todas as características da ficção pós-moderna.

O texto de Scliar oscila entre o romance que enfoca a micro-história familiar e aquele que desdobra grandes painéis históricos. O primeiro tipo gera suas personagens mais bem desenhadas, como é o caso do anti-herói quixotesco capitão Birobidjan (Mayer Guinzburg), personagem carregada de lirismo e força. O segundo tipo utiliza sempre da mediação de procedimentos cinematográficos na configuração do tempo e do espaço, filtrando tudo numa espécie de realidade de segundo grau, geradora de simulacros.

Pode-se acrescentar às asserções de Waldman a impressão de que o texto utiliza, sim, as técnicas cinematográficas; porém, assemelhando-se mais a um argumento para roteirização posterior do que a um filme editado. Este inacabamento, esta brevidade, o permanente estado de “vir a ser” e o final em

---

<sup>11</sup> Ficcionalização fraudulenta e intencional enquanto produção do velho genealogista, não enquanto do autor empírico, Scliar.

aberto do romance, é o que ressalta os vínculos e o jogo proposto entre história e ficção. Ou seja, ambas se apresentam na contemporaneidade como construções textuais abertas e não dadas, que propiciam o exercício da dúvida e da imaginação criativa para completar suas lacunas e desvãos. Esta técnica é especialmente verdadeira no que concerne à tematização da história judaica no Brasil, o que se verá mais adiante.

Embora utilizando no plano do escritural dos cadernos a mesma técnica de encadeamento de fatos da Historiografia tradicional, ou seja, um relato cronologicamente linear, Scliar subverte-a ao não subordinar causativamente uns aos outros os acontecimentos narrados. Também o desenho de um amplo painel histórico que se configura em **A Estranha Nação**, o que poderia resultar em um tom de saga épico-identitária, não surte o efeito tradicional que este tipo de narrativa suscitaria, uma vez que os grandes fatos são apresentados ao mesmo tempo sob a ótica de um grupo minoritário e pelas idiossincrasias de sujeitos individuais, os Mendes.

E é por esta via personalista que se apresenta no romance também a dimensão cíclica (algo que retorna) da história; não com a repetição de fatos, mas com as semelhanças estruturais de períodos distintos e de determinadas condições coletivas ou individuais. Tal ciclicidade está metaforizada pelos temas recorrentes e que caracterizam quase todos os Rafaéis Mendes: a errância, a busca (quer seja pela árvore de ouro, por suas raízes identitárias ou pelo entendimento metafísico), a perplexidade e o jogo.

O primeiro e o último dos temas mencionados, a errância e o jogo, também nos ajudam na compreensão das concepções sobre história que subjazem à escrita de **A Estranha Nação**. Se por um lado não se pode descrever a história judaica sem levar em conta que a mesma se caracteriza por uma sucessão de deslocamentos espaço-temporais e culturais, por outro; tais perambulações podem muito bem iconizar a errância dos sentidos da história, segundo suas ocorrências sejam analisadas por este ou aquele ponto de vista e regido por este ou aquele interesse. Ou seja, além de o fato histórico não ser

plenamente apreensível e resgatável em sua própria constituição, a posição em que se coloca o observador interfere em seu entendimento e análise.

Também a dimensão de jogo, do não ponderável e do imprevisível que há na história presentifica-se no romance pelo tema do jogo de xadrez, que determina muitos dos desenvolvimentos tanto das histórias pessoais dos Rafaéis Mendes quanto dos fatos históricos presentes no romance. Sendo o xadrez um jogo complicado e de resultados às vezes inesperados, fica sugerido então que as conexões entre os fatos históricos são bem mais complexas e de resultados bem mais aleatórios do que supõe a vã causalidade da historiografia tradicional. Vejamos um interessante trecho, que narra ficcionalmente o porquê de um cartógrafo judeu, Rafael Mendes, não ter participado da expedição de Colombo, descobridora da América:

Em janeiro de 1492 o jovem Rafael Mendes foge de casa. Viajando de noite, ocultando-se de dia ele chega a Castela, e vai encontrar Colombo no mosteiro de La Rábia. Momento emocionante: Rafael, em lágrimas, implora ao Genovês que o leve consigo. Colombo hesita. Já contratou todos os homens para a expedição, inclusive um cartógrafo, pois não tivera mais notícias de Rafael Mendes. Além disto, sabe da opinião do pai do rapaz à viagem, não quer confusões. Por fim, faz uma proposta a Rafael: que decidam no tabuleiro se ele vai ou não.

Em poucos lances, o jovem está sitiado. Enraivecido, atira longe as pequenas caravelas. Logo em seguida, porém, sorri: arriscou, perdeu, tem de aceitar de bom grado os desígnios da sorte. Despede-se de Cristóvão Colombo e volta para casa. (SCLIAR, 1983, p. 114)<sup>12</sup>

Além da dimensão errática e aleatória da história, acrescenta-se que a apreensão do fato histórico é sempre uma atividade mediada e, de certa maneira,

---

<sup>12</sup> Outras ocorrências do jogo de xadrez enquanto elemento decisório dos destinos das personagens podemos encontrar nas páginas 131 (neste jogo, entre o comerciante Rafael Mendes e seu amigo Vicente Nunes, decide-se o apoio do primeiro à invasão holandesa ao Recife) e 178 (neste jogo, entre o revolucionário italiano Garibaldi e o futuro comerciante de couro, Rafael Mendes, decide-se se o segundo se juntará ou não aos farrapos).

determinada por uma construção textual. Os documentos históricos não nos dizem total e fidedignamente de como se deu tal ou qual acontecimento, apenas nos apresentam uma versão particular dos mesmos. Neste sentido, o **A Estranha Nação** tenciona ser apenas mais uma destas versões, seja ficcionalizando ludicamente o “lado oculto” do grande fato, como a sugestão de que o futebol, a televisão e o avião tenham sido primeiramente concebidos por judeus e marranos; seja emprestando veracidade a ocorrências não comprovadas pela pesquisa histórica contemporânea, como a ascendência e/ou identidade judaica de grandes vultos de nossa história (o bandeirante Raposo Tavares, o insurrecto maranhense Beckman).

Porém, o que há de mais importante nesta versão que Scliar dá à história judaica e marrana no Brasil é o desvelamento e, sobretudo a ficcionalização, de suas possíveis participações nos grandes acontecimentos de nossa história. E é justamente neste ponto que **A Estranha Nação** apresenta uma peculiaridade em relação a outras narrativas contemporâneas suas de cunho metahistórico, além de apresentar o componente da busca identitária, apenas tangencial nas demais.

Enquanto romances como **Em liberdade** procuram ressaltar discursos, versões e análises historiográficas que se contraponham à historiografia oficial ou complementem suas omissões, o **A Estranha Nação** apresenta uma atitude não-hierárquica em relação ao grande fato, às suas possíveis versões ainda não comprovadas pela pesquisa histórica (como a participação de judeus na Inconfidência Mineira) e ao que é francamente improvável que tenha ocorrido (como os contatos entre quilombolas chefiados por Zumbi e judeus ibéricos fugidos da inquisição, em plena Serra da Barriga).

Tal descompromisso tanto com a “verdade histórica” oficial quanto com o seu questionamento “sério” não advêm apenas do ludismo que caracteriza sua concepção; mas também das premissas que lhe subjazem, a saber: a análise, revalorização e revitalização da condição da comunidade judaica atual no Brasil, de maioria ashkenazitas e chegada ao país a partir do final do século XIX, através

da apropriação da história e da vivência de um grupo a eles não relacionado genética ou culturalmente, os judeus, marranos e cripto-judeus ibéricos aqui aportados desde 1500.

Estima-se que não muito após a reforma pombalina do século XVIII, que, dentre outras coisas, abolia a distinção entre cristãos-novos e velhos, os judeus e cripto-judeus de origem ibérica que aqui viviam tenham sido assimilados completamente pela sociedade brasileira, em franca formação identitária; legando-nos traços culturais ainda a serem pesquisados. Entretanto, os Mendes só se afastam completamente do judaísmo a partir do caso de orfandade ocorrido com o bisavô do Rafael Mendes atual.

Rafael Mendes, o comerciante de couro, junta-se aos farrapos de Giuseppe Garibaldi, David Canabarro e Bento Gonçalves com o intuito de encontrar o pai, que anos antes partira para a guerra, e nunca mais retornara. O motivo maior de seu desejo de encontrar a figura paterna advém do fato de que foi dele que adquiriu a consciência de pertencer à nação e os rudimentos de judaísmo. Encontrá-lo possivelmente seria uma oportunidade de resgatar tal desvanecente identidade. Vejamos um trecho:

Pouco sabe desse pai. Parece que era um bom homem, silencioso mas amável. Tinha ocultas inquietudes, dormia mal, sonhava com guerreiros e profetas. Contava histórias: as da Árvore do Ouro e outras. Dele, Rafael guardará a imagem de um homem esquisito, mas carinhoso, que o tomava nos braços e que o embalava com uma canção em ladino, língua de remotos ancestrais:

*Duerme, duerme, mi angélico*

*Hijico chico de tu nacion...*

*Criatura de Sión,*

*No conoces la dolor.*

Sim, Rafael Mendes sabe que é da nação; mas de judaísmo, quase nada conhece: algumas preces, alguns rudimentos de hebraico, e é só. (SCLIAR, 1983, pp. 176-177)

Entretanto, com o malogro de sua empreitada, resolve não mais perpetuar o judaísmo no seio dos Mendes; jamais mencionando ao filho sua condição. Os



Mendes, a partir do avô do Rafael Mendes atual, abandonavam definitivamente a Nação. Neste ponto, Scliar sugere que o abandono da pertença judia por parte dos Mendes não é condição suficiente para livrá-los da mesma, uma vez que as características recorrentes da família, que metaforiza os próprios judeus, continuarão a acompanhá-los ao longo das gerações posteriores a tal abandono. Vejamos o longo parágrafo que encerra o “primeiro caderno do cristão novo”:

Rafael Mendes dedicou-se ao negócio de exportação de couro, com algum sucesso. Casou, teve um filho a quem tratou com todo o carinho; contudo, embora o embalasse cantando o *duerme, duerme mi angelico*, não lhe revelou que era da nação, em parte por rancor a seu próprio pai, em parte porque achava que este segredo era coisa do passado e no passado deveria ficar; ao filho desejava uma vida boa, sem culpas e sem necessidade de dissimulações. Deu-lhe todo o conforto, proporcionou-lhe estudos. Rafael Mendes, um dos primeiros engenheiros formados no Rio Grande do Sul, dedicou-se ao ramo ferroviário. Trabalhou um tempo com os Rotschild da França que faziam investimentos em estradas de ferro. A experiência não foi boa; Rafael Mendes, homem desconfiado, de sono constantemente agitado por pesadelos, odiava os financistas, embora jamais tivesse visto qualquer um deles, pois tratava dos negócios unicamente com os representantes brasileiros de seus patrões. De qualquer forma guardou deste período uma grande amargura para com os judeus. Quando nasceu seu próprio filho, contudo, como o embalou? Ora, cantando *duerme, duerme, mi angélico*; era mais forte que ele. Coisas arcaicas são assim: poderosas, ainda que misteriosas. (SCLIAR, 1983, pp. 182-183)

Os dois últimos Rafael Mendes da linhagem (o médico que vive nos anos de 1930 e seu filho, o financista dos anos de 1970) já não têm consciência de um dia terem pertencido à nação hebréia. Especialmente o último, órfão de pai desde pequeno e sem conhecimento de suas pesquisas genealógicas, experimenta um sentimento agudo de desamparo de qualquer tradição mais profunda, mesmo a familiar, pois não conheceu o pai. Sua vida se resume ao trabalho na financeira da

qual é sócio, a Pecúnia, e aos problemas com a doença da mulher, Helena, e a rebeldia da filha Suzana.

Contudo, um certo estranhamento e desconforto em relação ao mundo que o cerca corporificam-se em sua busca por maiores conhecimentos sobre a vida do pai, informações mantidas em segredo pela mãe, e, sobretudo, pelos inquietantes pesadelos que o atormentam; nos quais há profetas bíblicos, cavaleiros medievais que buscam matá-lo e a cabeça ensangüentada de Tiradentes.

Apesar disso, Rafael Mendes, pai e filho, encontram-se plenamente integrados à sociedade e ao senso de identidade do Brasil e do Rio Grande do Sul. Prova disso é que, com exceção do “Primeiro caderno do cristão-novo”, o restante dos capítulos que compõem **A Estranha Nação de Rafael Mendes**, mormente os três mais longos e principais, contém pouquíssimo material judaico, seja ele marrano/cripto-judeu ou ashkenazitas.

O capítulo “Rafael Mendes” concentra-se em narrar o cotidiano do financista Rafael Mendes, com seus problemas com a fragilidade da saúde da mulher, a rebeldia da filha e a difícil situação da financeira da qual é sócio, juntamente com o judeu Boris Goldbaum<sup>13</sup>. O Capítulo “Segundo caderno do cristão-novo” narra parte da vida do pai do Rafael Mendes atual; Rafael Mendes, o médico, e sua obsessão pela colega de faculdade e de profissão, a judia Débora. Neste capítulo, os fatos históricos que servem de pano de fundo para a narrativa deste amor não correspondido e intenso são os escândalos de corrupção e perseguições políticas na ditadura de Vargas. Finalmente, o capítulo “Terceiro e último caderno do cristão-novo”, continuação do capítulo “Rafael Mendes”, concentra-se na prisão de Rafael e do sócio e nos jogos de poder, sedução e corrupção financeira que marcaram os últimos anos da ditadura militar em nosso país (a atualidade do romance se passa em 1975).

Em uma breve análise do capítulo “Segundo caderno do cristão-novo”, e admitindo para este fim que o mesmo tenha sido escrito pelo médico Rafael

---

<sup>13</sup> Sintomaticamente, o nome significa “árvore de ouro”, em ídiche.

Mendes, percebe-se que sua maior curiosidade e ligação com o judaísmo só ocorrem quando percebe, ao final do capítulo, que seu afastamento de Débora poderia ser, desta vez, definitivo; já que a mesma se alista como médica nas Brigadas Internacionais da Guerra Civil Espanhola.

O médico apaixona-se por Débora desde que a conhece no primeiro ano de faculdade. Porém, não assume seus sentimentos por conveniência e concessão aos preconceitos vigentes na ideologia nacionalista de Vargas, para a qual não havia lugar para determinados grupos imigrantes, incluindo os judeus, em nossa conformação identitária. Prefere, então, ligar-se a uma moça da aristocracia gaúcha; casamento que lhe rende prestígio e influência nas rodas governamentais, corporificados em um cargo no Ministério da Saúde.

Entretanto, a personalidade da judia, por demais independente e idiossincrática para os padrões femininos da época, exerce um fascínio tal sobre si que, talvez, a única maneira que tenha encontrado para entendê-la e seu amor a ela tenha sido uma busca de identificação com a mesma por via do judaísmo. É bem provável, então, que com a ajuda do genealogista/vidente/charlatão tenha inventado para si uma longa ascendência judia sefardita; influenciado também pelo fato de que sua amada tenha se dirigido para a Espanha. Esta probabilidade encontra eco, justamente, no último parágrafo do capítulo:

Amava-a, eu? Débora: eu a amava? Meu deus, não podia esquecê-la; não podia esquecer seu olhar desafiador, seu melancólico sorriso, e não podia esquecer sua boca, seus seios, seu corpo. Meu deus, eu a queria; eu precisava saber se a amava. Decidi partir para a Espanha. (SCLIAR, 1983, pp. 245-246)

Conforme consta da “Nota Genealógica” logo após o capítulo, de autoria do genealogista, Rafael Mendes, o médico, não chegou à Espanha; morrendo a bordo do cargueiro em que viajava, após uma estranha enfermidade que lhe causou delírios com profetas, inquisição, caravelas e a cabeça de Tiradentes. Seu

corpo foi, a seu pedido, atirado ao mar; para que, assim como Jonas, segundo suas palavras, pudesse atingir seu destino.

Na cadeia, preso por peculato juntamente com seu sócio, Boris Goldbaum, Rafael Mendes, o financista procura calibrar sua vivência quanto aos eixos de sua identidade pessoal e familiar. Para tanto, o único elemento material que lhe resta, embora não acredite em sua veracidade, são os cadernos supostamente escritos e deixados por seu pai. Neste sentido, pode-se interpretar tal situação como uma manifestação literária das concepções do autor sobre a construção de identidades étnicas, afinadas com as mais modernas teorias antropológicas, segundo as quais os discursos identitários são narrativas para as quais importam mais as condutas e avaliações das relações intra e intergrupais que suscitam, no jogo dos interesses coletivos e individuais, do que uma verificação empírica da veracidade de seu conteúdo (Anderson, 1983, disperso).

O final de **A Estranha Nação de Rafael Mendes** nos traz algumas insinuações interessantes. No último capítulo, relata-se que Rafael Mendes, após alguns dias de uma enfermidade e de muito pensar em suas vida e no que leu nos cadernos deixados pelo pai, resolve não fugir com Boris e tenta dormir. Seu último parágrafo é como que uma sinopse de tudo aquilo que se passou no romance; quando se descreve o que ele não verá nos sonhos que estão por vir. Vejamos suas quatro últimas linhas: [...]; *nem nenhum dos muitos Rafael Mendes que jazem sob a terra, ossos e pó, pó e ossos; nada disto verá; verá, isto sim, um menino em roupinha de marinheiro a espiá-lo, sorridente, por entre os ramos da árvore da vida* (Scliar, 1983, p. 287).

No plano do individual, pode-se interpretar simbolicamente o menino de roupinha de marinheiro como o próprio Rafael Mendes, que, livre do peso de qualquer tradição que lhe parecesse válida e palpável, está pronto para, como um marinheiro, a aventurar-se na construção de uma nova vida, um novo futuro e um novo senso de identidade.

Entretanto, outra interpretação emerge destas quatro últimas linhas do romance se a iluminarmos com o que vem textualmente expresso uns poucos parágrafos antes. Vejamos:

[...] A cabeça leve, a testa fresca; bem. E assim cai numa modorra; entre adormecido e acordado parece-lhe que estão todos ali ao redor da cama — Jonas e Habacuc, Maimônides e Rafael Mendes, todos os que se chamaram Rafael Mendes. Olham-no em silêncio. De repente dá-se conta: todos têm a face que há pouco viu no espelho; todos são ele, ele é todos. Agora entende os Cadernos do Cristão Novo; é o legado que o pai deixou — disso não tem dúvida — a ele. À falta de soluções, fantasias; à falta de respostas, imaginárias possibilidades. A perfeita mensagem de um perplexo, conclui — com o quê os vultos vão sumindo, e ele adormece. (SCLIAR, 1983, p. 285)

Ora, se o entendimento da mensagem que o pai lhe deixou, com o reconhecimento do que há de fantasioso nela, lhe dá conforto e mitiga seu sentimento de deslocamento e estranhamento em relação a sua inserção identitária e se essa tradição em que recente e inesperadamente se insere, a marrana, já está extinta e enterrada no passado; tendo sido integrada, sem deixar traços distintivos, em nossa conformação étnica; então Rafael Mendes descobre-se enquanto Brasileiro. Neste sentido, poder-se-ia erroneamente pensar que o final do romance não só apresentaria uma atitude conformista com o desaparecimento do histórico judaísmo ibérico em nosso país como também vaticinaria o mesmo destino para o judaísmo ashkenazita.

Tal interpretação, no meu entender, seria errônea justamente pelo caráter experiencial de que se reveste o **A Estranha Nação**. Em uma experiência, os resultados freqüentemente são inesperados, provisórios e/ou parciais. E um dos resultados do romance foi o de “resolver” literária, lúdica e ironicamente o problema do componente judaico na brasilidade. Entretanto, não “resolve”, e nem a isso se propõe, o problema do judeu enquanto brasileiro. Ou seja, os dilemas

identitários, coletivos ou individuais, que marcam o judaísmo brasileiro contemporâneo em uma era de trânsitos e interpenetração de identidades.

Nesse sentido, encontramos em **A Estranha Nação** apenas sugestões. Uma delas é especialmente interessante: a de que uma integração do que há de marrano no brasileiro e o judaísmo ashkenazitas, retomando ambos em um novo contexto, seria uma fonte de renovação não apenas para a identidade judaica em nosso país, como também para a própria identidade nacional como um todo.

Uma das surpresas do enredo é a constatação de que o judeu Boris Goldbaum e Suzana, a filha de Rafael, têm um relacionamento amoroso e tencionavam fugir juntos antes da prisão dos sócios. Após a fuga de Boris da prisão, presumivelmente, pois não vem expresso textualmente, os dois fugiram para começar uma nova vida, presidida por uma nova e radical filosofia de vida. Vejamos o trecho em questão:

[...] Ela respondia que casar não queria, que achava o casamento um saco; mas finalmente concordou, casaria com ele, desde que partissem, que fossem para longe, para um lugar tranqüilo à beira-mar, de preferência num outro país. Ali viveriam uma vida idílica, andariam nus ou quase, dormiriam ao relento ou em grutas, se alimentariam de frutos silvestres, ela sempre adornada de flores. Com os índios manteriam uma relação de amável respeito, expressa em gestos amistosos; jamais falaria com eles, evitando assim recorrer ao poder corruptor da palavra, mesmo a oral. E jamais deveriam dar presentes a estes índios, espelinhos sendo particularmente perigosos. No momento em que fizessem isso, pior, no momento em que aceitassem em troca das dádivas qualquer coisa, pau-brasil, por exemplo, estaria caracterizado o comércio e a conseqüente perda de toda a inocência duramente reconquistada.

Essa idéia parecia a Boris absurda, mas aos poucos foi ficando fascinado por ela: uma nova vida, por que não? A inocência, por que não? (SCLIAR, 1983, p. 279)

Suzana representa o fim da longa linhagem masculina dos Mendes e, talvez, de sua perplexidade. Entretanto, a obsessão com paraísos praianos e

idílicos é uma constante na história da família, sugerindo que a verdadeira terra prometida para os judeus talvez fosse mesmo o Brasil. Se Suzana e Boris puseram seus planos de retorno a um paraíso perdido e a uma inocência mítica e ancestral, não se pode saber, uma vez que isso pertence ao plano do pós-narrativo, sem expressão textual. E é justamente esta suspensão, este final em aberto, que se constituiu em alimento e condição para que o autor continuasse sua obra de temática judaica, que tomará novos e polimorfos contornos nas narrativas publicadas a partir do ano de 1993, assunto para outro ensaio.

No momento, apenas podemos ficar com a pergunta do perplexo Rafael Mendes, o financista; cuja busca pela resposta servirá de ponte para futuras reflexões: “Que estranha nação é esta, que inclui profetas rebeldes e bandeirantes cegos, médicos famosos e índios caducos, grandes financista e salafrários como Boris Goldbaum?” (SCLIAR, 1983, p. 267-268)

## **Bibliografia**

ADORNO, Theodor. **Minima Moralia**. São Paulo: Ática, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1.

JOBIM, **Os Sentidos da Literatura**. 2000. 200f. Tese (Concurso Público para Professor Titular) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SCLIAR, Moacyr. **A Estranha Nação de Rafael Mendes**. Porto Alegre: L & PM, 1983.

WALDMAN, Berta. **Entre Passos e Rastros: Presença Judaica na Literatura Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Perspectiva, 2003.